



# **GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA  
2º QUADRIMESTRE 2011**

**Controladoria Geral do Estado**



## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais 2º Quadrimestre de 2011

#### 1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do 2º quadrimestre de 2011, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Estado de Rondônia. Os números são originários dos Relatórios Bimestrais e Quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, em cumprimento ao disposto no § 4º, art 9º da Lei Complementar nº. 101/2000.

#### 2. RECEITAS

##### 2.1. Receitas Totais

O balanço orçamentário da receita demonstra as receitas previstas, em confronto com as realizadas, conforme art. 102, da Lei 4.320/64. No caso específico, a previsão inicial da receita é aquela destacada na LOA-2010 e posteriormente recebeu alimentação automática via SIAFEM, na medida em que os ingressos arrecadados eram efetivados.

No caso sob exame, considerando todas as fontes de recursos, a Receita Total realizada até o 2º quadrimestre de 2011 foi de R\$ 3.573.525.405,82, o que corresponde a 64,57% do total previsto, conforme demonstrado a seguir:



<b>Balanco Orçamentário da Receita</b>						R\$ 1,00
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>5.290.193.224,03</b>	<b>3.529.604.041,58</b>	<b>66,72</b>	<b>2.822.439.734,78</b>	<b>25,06</b>	
Receita Tributária	2.725.632.558,29	1.835.923.627,76	67,36	1.511.138.213,27	21,49	
Receita de Contribuições	157.306.776,00	98.773.715,70	62,79	61.556.326,15	60,46	
Receita Patrimonial	81.022.320,00	79.779.195,98	98,47	52.996.634,66	50,54	
Receita Agropecuária						
Receita Industrial						
Receita de Serviços	124.353.842,00	83.697.605,45	67,31	74.716.696,09	12,02	
Transferências Correntes	2.534.151.210,37	1.666.940.393,89	65,78	1.326.491.095,99	25,67	
Outras Receitas Correntes	206.233.517,37	157.440.157,63	76,34	117.495.378,45	34,00	
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	<b>(638.410.000,00)</b>	<b>(484.494.806,82)</b>	75,89	<b>(386.430.745,35)</b>	25,38	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	99.903.000,00	91.544.151,99	91,63	64.476.135,52	41,98	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>243.934.822,00</b>	<b>43.921.364,24</b>	<b>18,01</b>	<b>149.013.547,81</b>	<b>(70,53)</b>	
Operações de Crédito	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	115.670.124,81	<b>(64,90)</b>	
Operações de Crédito Internas	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	115.670.124,81	<b>(64,90)</b>	
Operações de Crédito Externas						
Alienação de Bens	-	150.300,00				
Amortização de Empréstimos	33.000,00	5.782,12	17,52	21.853,58	<b>(73,54)</b>	
Transferências de Capital	71.127.266,00	3.165.282,12	4,45	33.321.569,42	<b>(90,50)</b>	
Outras Receitas de Capital	-	-				
<b>TOTAL</b>	<b>5.534.128.046,03</b>	<b>3.573.525.405,82</b>	<b>64,57</b>	<b>2.971.453.282,59</b>	<b>20,26</b>	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

Observando o desempenho por categoria econômica, verificamos que as Receitas Correntes correspondem a 66,72% de realização e as Receitas de Capital, 18,01% da previsão atualizada para 2011.

### 2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R\$ 3.529.604.041,58 representando uma variação positiva de 25,06% em relação ao ano de 2010.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as Tributárias, que apresentaram realização de 67,36% e cuja composição demonstra-se a seguir:



Receita Tributária						R\$ 1,00
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
<b>Receita Tributária</b>	<b>2.725.632.558,29</b>	<b>1.835.923.627,76</b>	<b>67,36</b>	<b>1.511.138.213,27</b>	<b>21,49</b>	
ICMS	2.397.845.635,50	1.626.021.819,62	67,81	1.327.428.480,62	22,49	
IPVA	121.873.000,00	70.380.341,28	57,75	64.723.292,44	8,74	
ITCD	5.670.000,00	3.238.109,10	57,11	4.066.133,53	(20,36)	
IRRF	100.348.000,00	96.632.723,64	96,30	52.411.579,09	84,37	
Taxas	99.895.922,79	39.650.634,12	39,69	62.508.727,59	(36,57)	
TPS - Taxas sobre Prest. de Serviços	93.742.000,00	35.102.092,34	37,45	58.315.731,78	(39,81)	
TPP - Taxas do Poder de Polícia	6.153.922,79	4.548.541,78	73,91	4.192.995,81	8,48	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

O ICMS, principal imposto sobre vendas do Brasil instituído pela reforma tributária de 1988, considerado o maior componente das receitas tributárias teve realização de 67,81%, sobre a previsão atualizada para 2011, representando um montante de R\$ 1.626.021.819,62. Este valor proporcionou um crescimento nominal de 22,49% em comparação com o ano anterior.

Quanto ao IPVA, os números apontam para R\$ 70.380.341,28 realizados até o 2º quadrimestre de 2011, representando 57,75% sobre a previsão atualizada e variação positiva de 8,74% em relação ao mesmo período de 2010.

O segundo maior componente do conjunto de receitas tributárias é representado pelo Imposto de Renda, previsto para 2011 na ordem de R\$ 100.348.000,00; ao final do período os registros no SIAFEM apontam para o montante de R\$ 96.632.723,64, representando uma variação positiva de 84,37% em comparação ao ano anterior.

Outro item das Receitas Correntes deve ser atribuído às Transferências Correntes, que apresentaram no 2º quadrimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, uma variação nominal positiva de 25,67%, conforme demonstrativo:

Transferências Correntes						R\$ 1,00
Receitas	Previsão atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
<b>Transferências Correntes</b>	<b>2.534.151.210,37</b>	<b>1.666.940.393,89</b>	<b>65,78</b>	<b>1.326.491.095,99</b>	<b>25,67</b>	
FPE	1.766.108.000,00	1.139.396.607,66	64,51	887.512.838,02	28,38	
IPI	9.294.000,00	4.745.915,20	51,06	4.396.005,63	7,96	
Cota-Parte da CIDE	26.372.000,00	21.706.301,70	82,31	18.102.758,14	19,91	
Cota Parte do Imp. S/Oper. Créd. Camb	143.000,00	179.801,27	125,74	77.018,68	133,45	
Compensação Lei Kandir	3.647.000,00	2.431.552,48	66,67	2.431.552,48	-	
Comp. Financ. De Recursos Minerais	10.304.000,00	5.046.358,22	48,97	4.375.904,60	15,32	
Recursos do SUS	128.399.000,00	68.426.326,21	53,29	73.108.549,25	(6,40)	
Recursos do FNAS	352.213,00	342.809,00	97,33	135.959,00	152,14	
Recursos do FNDE	49.204.059,63	23.157.162,25	47,06	22.873.439,15	1,24	
Transferências FUNDEB	484.210.000,00	360.205.247,59	74,39	292.872.478,75	22,99	
Outras Transferências e Convênios	56.117.937,74	41.302.312,31	73,60	20.604.592,29	100,45	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO



O Fundo de Participação dos Estados - FPE contribuiu com R\$ 1.139.396.607,66, tendo, seu percentual de realização, atingido o patamar de 64,51%, apresentando um crescimento de 28,38% em comparação com o 2º quadrimestre do ano anterior.

As “Transferências FUNDEB” apresentam valor contabilizado de R\$ 360.205.247,59 e representa o segundo grupo mais significativo das Transferências Correntes. Refere-se, basicamente, ao retorno para aplicação no ensino fundamental. Tal receita, no 2º quadrimestre de 2011, atingiu 74,39% de índice de realização. Em relação ao mesmo período de 2010, observamos crescimento nominal de 22,99%.

### 2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital, cujo percentual de realização atingiu, apenas 18,01% da receita prevista, não dependem da ação fiscal do Estado. Trata-se, quase na sua totalidade, de valores provenientes de Transferências da União.

Vejamos a seguir:

Receitas de Capital						R\$ 1,00
Receitas	Previsão Atualizada 2011	Realizado - Janeiro a Agosto				
		2011	% Realiz.	2010	% Var.	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>243.934.822,00</b>	<b>43.921.364,24</b>	<b>18,01</b>	<b>149.013.547,81</b>	<b>(70,53)</b>	
<b>Operações de Crédito</b>	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	115.670.124,81	(64,90)	
Operações de Crédito Internas	172.774.556,00	40.600.000,00	23,50	115.670.124,81	(64,90)	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	
<b>Alienação de Bens</b>	-	150.300,00				
<b>Amortização de Empréstimos</b>	33.000,00	5.782,12	17,52	21.853,58	(73,54)	
<b>Transferências de Capital</b>	71.127.266,00	3.165.282,12	4,45	33.321.569,42	(90,50)	
Transferências de Convênios	71.127.266,00	3.165.282,12	4,45	33.321.569,42	(90,50)	
Outras	-	-	-	-	-	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se uma variação negativa de 70,53%.

Vale assinalar que Receitas de Capital são representadas por transformações patrimoniais que nada acrescentam ao patrimônio público, e na prática elas espelham apenas permutas de bens em valores, no caso de venda de bens públicos ou, com mais expressividade seria a entrada de receita através de empréstimos, que posteriormente serão devolvidos com o devido pagamento da dívida.



### 3. DESPESAS

#### 3.1. Despesas Totais

O Balanço Orçamentário da Despesa é composto pelas despesas correntes, despesas de capital e reserva de contingência. A previsão inicial da despesa é aquela destacada na LOA-2010 de R\$ 5.200.000.000,00 e posteriormente recebeu alimentação automática via SIAFEM, atingindo no 2º quadrimestre o montante de R\$ 5.639.988.313,67 conforme demonstrativo a seguir:

Balanço Orçamentário da Despesa						R\$ 1,00
Despesas	Dotação Atualizada 2011	Realizada - Janeiro a Agosto				
		2011	% Realização	2010	% Variação	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>4.502.863.582,46</b>	<b>2.754.843.988,75</b>	<b>61,18</b>	<b>2.107.402.591,74</b>	<b>30,72</b>	
Pessoal e Encargos	2.106.838.788,09	1.467.813.941,18	69,67	1.180.530.331,20	24,34	
Juros e Encargos da Dívida	161.809.000,00	84.640.448,72	52,31	42.218.394,69	100,48	
Outras Despesas Correntes	2.234.215.794,37	1.202.389.598,85	53,82	884.653.865,85	35,92	
Transf. Const. aos Municípios	486.646.000,00	454.946.933,23	93,49	174.551.094,75	160,64	
Outras Despesas Correntes	1.747.569.794,37	747.442.665,62	42,77	710.102.771,10	5,26	
<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.010.535.731,21</b>	<b>221.025.634,95</b>	<b>21,87</b>	<b>264.592.214,61</b>	<b>(16,47)</b>	
Investimentos	802.286.091,21	104.141.014,30	12,98	197.419.144,52	(47,25)	
Inversões Financeiras	35.689.161,00	1.583.895,00	4,44	312.482,59	406,87	
Amortizações Da Dívida	172.560.479,00	115.300.725,65	66,82	66.860.587,50	72,45	
Outras Despesas De Capital	-	-	-	-	-	
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>126.589.000,00</b>	-	-	-	-	
<b>Total das Despesas</b>	<b>5.639.988.313,67</b>	<b>2.975.869.623,70</b>	<b>52,76</b>	<b>2.371.994.806,35</b>	<b>25,46</b>	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

#### 3.1.1. Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No 2º quadrimestre de 2011 somaram R\$ 2.754.843.988,75, representando uma realização de 61,18% do valor fixado para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 1.467.813.941,18 correspondendo a 69,67% do orçamento anual.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 84.640.448,72, correspondendo a 52,31% do estimado para o ano sob análise.



As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, com um total liquidado de R\$ 1.202.389.598,85 correspondentes a 53,82% do fixado para o ano 2011.

### 3.1.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital apresentaram uma variação negativa de 16,47%, comparados com o mesmo período do ano anterior.

Esta categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 104.141.014,30, seguida da Amortização da Dívida, no valor de R\$ 115.300.725,65.

A despesa de capital, como se sabe, resulta no acréscimo do patrimônio do ente que a realiza, aumentando, dessa forma, sua riqueza patrimonial.

## 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

De conformidade com o demonstrativo abaixo, observa-se que as receitas foram arrecadadas num montante equivalente a 64,57% do total previsto para o ano de 2011, ao tempo em que as despesas realizadas corresponderam a 52,76%, em comparação com as despesas previstas nas dotações atualizadas para do exercício.

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					R\$ 1,00
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Realizadas		
	2011	% Realização	2011	% Realização	
Correntes	3.529.604.041,58	66,72	2.754.843.988,75	61,18	
Capital	43.921.364,24	18,01	221.025.634,95	21,87	
<b>TOTAL</b>	<b>3.573.525.405,82</b>	<b>64,57</b>	<b>2.975.869.623,70</b>	<b>52,76</b>	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

Quanto ao Resultado Orçamentário, o Estado encerrou o período sob análise com superávit corrente em R\$ 774.760.052,83 para uma Receita Corrente de R\$ 3.529.604.041,58 e uma Despesa Corrente de R\$ 2.754.843.988,75. O Superávit Corrente indica o excedente apurado no financiamento das Despesas Correntes, com sobra para cobertura de parte das Despesas de Capital. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 221.025.634,95 para uma receita de R\$ 43.921.364,24 resultando Superávit Orçamentário no montante de R\$ 597.655.782,12.



<b>Demonstrativo do Resultado Orçamentário</b>			<b>R\$ 1,00</b>
<b>Especificações</b>	<b>Janeiro a Agosto</b>		
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Variação %</b>
Receitas Correntes	<b>3.529.604.041,58</b>	<b>2.822.439.645,75</b>	25,06
( - ) Despesas Correntes	<b>(2.754.843.988,75)</b>	<b>(2.107.402.591,74)</b>	30,72
<b>Superávit Corrente</b>	<b>774.760.052,83</b>	<b>715.037.054,01</b>	8,35
( + ) Receitas de Capital	<b>43.921.364,24</b>	<b>149.013.547,81</b>	(70,53)
( - ) Despesas de Capital	<b>(221.025.634,95)</b>	<b>(264.592.214,61)</b>	(16,47)
<b>Déficit/Superávit Orçamentário</b>	<b>597.655.782,12</b>	<b>599.458.387,21</b>	(0,30)

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

## 5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

No cálculo das Despesas de Pessoal, as mesmas estão de conformidade com a Portaria nº 249, de 30/04/2010, da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, e em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses apresenta-se da seguinte forma:

O Poder Executivo atingiu o patamar de 41,39%, longe do limite prudencial que é de 46,55% e do limite máximo de 49% da RCL.

Enquanto isso, o Poder Legislativo, que congloba o Tribunal de Contas está na faixa de 3,15%, superando o limite prudencial de 2,85% e do limite máximo de 3%.

O Poder Judiciário registra despesa realizada com pessoal na faixa de 6,67%, acima do limite prudencial que é de 5,70% da RCL, acima do limite máximo de 6%.

O Ministério Público tem contabilizado em seus gastos com pessoal o equivalente a 2,31%, superior ao limite prudencial de 1,90% e do limite máximo de 2%.

<b>Despesa de Pessoal X Receita Corrente Líquida</b>					<b>R\$ 1,00</b>
Últimos 12 meses (Setembro de 2010 a Agosto de 2011)					
<b>Poder</b>	<b>Realizado</b>		<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Máximo</b>	
	<b>Valor (1)</b>	<b>%</b>			
Executivo	1.687.658.850,35	41,39	46,55%	49,00%	
Legislativo	128.624.722,52	3,15	2,85%	3,00%	
Assembléia Legislativa	78.315.080,76	1,92			
Tribunal de Contas	50.309.641,76	1,23			
Judiciário	271.997.256,26	6,67	5,70%	6,00%	
Ministério Público	94.260.275,58	2,31	1,90%	2,00%	
<b>Total</b>	<b>2.182.541.104,71</b>	<b>53,52%</b>	<b>57,00%</b>	<b>60,00%</b>	

(1) Não estão computadas as deduções constantes do parecer nº 56/2002 TCE-RO e do parecer prévio nº 107/2001 TCE-RO, visando dar conformidade ao disposto na portaria STN nº 249 de 30/04/2010.

**RCL em 31/08/2011 = R\$4.077.637.495,68**

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO





A repartição dos limites globais do art. 19 da LRF estão sendo afetadas porque o Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público excederam os percentuais máximos, o que compromete o art. 20 desse mesmo diploma legal. Mas de qualquer forma, o percentual de despesas com pessoal efetivamente realizado no período, esta na faixa de 53,52% da RCL, com folga suficiente até atingir o limite máximo de 60% previsto da lei de responsabilidade fiscal.

## 6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Segundo o regramento previsto no art. 22 da Lei Federal nº 11.394, de 20.06.2007, o mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB deve ser utilizado na remuneração dos profissionais do Magistério (professores no exercício da docência e técnicos das áreas de administração ou direção escolar, supervisão, orientação educacional, planejamento e inspeção escolar) em efetivo exercício no ensino fundamental público, e o restante (máximo de 40%) em outras ações de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino.

As despesas liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram, até o 2º quadrimestre de 2011, o montante de R\$ 570.806.046,63 correspondendo a 22,67% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências. Verifica-se, portanto, que o Estado de Rondônia, pelo enfoque metodológico da STN aplicou o percentual abaixo do estabelecido no Art. 212 da Constituição Federal, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Realizado - Janeiro a Agosto	
	2011	2010
Receita Líquida de Impostos	2.517.534.497,08	1.997.122.492,17
Total da Despesa considerada para fins de Limite Constitucional	570.806.046,63	481.090.465,78
<b>% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	<b>22,67</b>	<b>24,09</b>

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

## 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

No 2º Quadrimestre de 2011, os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 288.514.419,06, o que corresponde a 11,46% da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências, portanto abaixo do limite estabelecido na Emenda Constitucional nº 29, de 13.09.2000, ou seja, dos 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, previstas na CF deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.



Descrição	Realizado - Janeiro a Agosto		Limite Constitucional
	2011	2010	
Total da Receita Vinculada a Saúde	2.516.928.053,26	966.959.856,46	
Total da Despesa Próprias com Saúde	288.514.419,06	119.418.890,68	
<b>%l Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde</b>	<b>11,46</b>	<b>12,35</b>	<b>12%</b>

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

## 8. RESTOS A PAGAR

Ao final do 2º quadrimestre a conta contábil Restos a Pagar totalizou R\$ 229.012.662,07, de valores pagos dos quais R\$ 199.197.440,38 foram pelo Poder Executivo e R\$ 29.815.221,69 pelo Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público.

Vejamos o quadro abaixo que sintetiza operações de Restos a Pagar 2011:

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2011					R\$ 1,00
Descrição	PROCESSADOS				
	Inscrito	Cancelados	Pagos	A Pagar	
<b>Total</b>	<b>114.184.971,09</b>	<b>1.402.463,68</b>	<b>98.949.939,84</b>	<b>13.832.567,57</b>	
<b>Poder Executivo</b>	<b>109.435.612,78</b>	<b>1.385.365,45</b>	<b>94.279.052,89</b>	<b>13.771.194,44</b>	
Administração Direta	98.273.910,74	1.068.991,01	83.658.749,18	13.546.170,55	
Administração Indireta	11.125.238,05	316.374,44	10.596.951,42	211.912,19	
Defensoria Pública	36.463,99	-	23.352,29	13.111,70	
<b>Poder Judiciário</b>	<b>1.716.937,87</b>	<b>14.101,17</b>	<b>1.684.811,53</b>	<b>18.025,17</b>	
<b>Poder Legislativo</b>	<b>1.462.081,52</b>	<b>144,75</b>	<b>1.457.312,87</b>	<b>4.623,90</b>	
Assembléia	1.361.557,23	144,75	1.361.412,48	-	
Tribunal de Contas	100.524,29	-	95.900,39	4.623,90	
<b>Ministério Público</b>	<b>1.570.338,92</b>	<b>2.852,31</b>	<b>1.528.762,55</b>	<b>38.724,06</b>	
NÃO PROCESSADOS					
<b>Total</b>	<b>251.601.407,62</b>	<b>35.522.483,69</b>	<b>130.062.722,23</b>	<b>86.016.201,70</b>	
<b>Poder Executivo</b>	<b>212.448.030,19</b>	<b>33.922.384,94</b>	<b>104.918.387,49</b>	<b>73.607.257,76</b>	
Administração Direta	155.611.335,18	28.835.827,27	85.076.940,89	41.698.567,02	
Administração Indireta	55.196.486,94	5.086.557,67	18.411.538,59	31.698.390,68	
Defensoria Pública	1.640.208,07	-	1.429.908,01	210.300,06	
<b>Poder Judiciário</b>	<b>27.657.873,34</b>	<b>984.432,91</b>	<b>16.243.465,18</b>	<b>10.429.975,25</b>	
<b>Poder Legislativo</b>	<b>7.812.431,23</b>	<b>542.016,69</b>	<b>6.323.682,26</b>	<b>946.732,28</b>	
Assembléia	1.645.912,32	18.229,68	1.373.139,49	254.543,15	
Tribunal de Contas	6.166.518,91	523.787,01	4.950.542,77	692.189,13	
<b>Ministério Público</b>	<b>3.683.072,86</b>	<b>73.649,15</b>	<b>2.577.187,30</b>	<b>1.032.236,41</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>365.786.378,71</b>	<b>36.924.947,37</b>	<b>229.012.662,07</b>	<b>99.848.769,27</b>	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

## 9. RESULTADO PRIMÁRIO

Indica se os níveis dos gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as despesas primárias.



Nessa avaliação, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de operações de crédito e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

O Resultado Primário verificado no 2º quadrimestre de 2011 foi positivo em R\$ 678.561.837,41, superando a meta prevista de R\$ 49.720.144,00, negativo.

Demonstrativo do Resultado Primário				R\$ 1,00
Descrição	Previsão Atualizada 2011	Realizado Janeiro a Agosto		
		2011	2010	
1 - Receitas Fiscais Correntes	5.209.175.904,03	3.449.825.004,62	2.769.445.360,99	
2 - Receitas Fiscais de Capital	71.127.266,00	3.165.282,12	33.321.569,42	
<b>3 - Receitas Fiscais ( 1 + 2 )</b>	<b>5.280.303.170,03</b>	<b>3.452.990.286,74</b>	<b>2.802.766.930,41</b>	
4 - Despesas Fiscais Correntes	4.341.054.582,46	2.670.203.540,03	2.065.184.197,05	
5 - Despesas Fiscais de Capital	835.651.252,21	104.224.909,30	197.731.627,11	
<b>6 - Despesas Fiscais ( 4 + 5 )</b>	<b>5.176.705.834,67</b>	<b>2.774.428.449,33</b>	<b>2.262.915.824,16</b>	
<b>Resultado Primário ( 3 - 6 )</b>	<b>103.597.335,36</b>	<b>678.561.837,41</b>	<b>539.851.106,25</b>	
<b>8 - Saldo de Exercícios Anteriores</b>		<b>105.860.267,64</b>	<b>163.619.485,49</b>	
<b>Meta do Resultado Primário para o ano de 2011 = (49.720.144,00)</b>				

Nota: Na previsão atualizada da despesa não consta a Reserva de Contingência  
Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

## 10. RESULTADO NOMINAL

Quanto ao Resultado Nominal, que evidencia a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos o mesmo sugere o montante negativo de R\$ 230.751.581,63 superando a meta prevista de R\$ 73.410.444,00, positivo, conforme previsto na LDO-2010, ou seja, na Lei Estadual nº 2.339, de 21.07.2010 e alterações.

Demonstrativo do Resultado Nominal				R\$ 1,00
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 2º Quadr.2011 (A-B)	
	31/8/2011 (A)	31/12/2010 (B)		
<b>I - Dívida Consolidada ( 1 )</b>	<b>2.679.300.368,37</b>	<b>2.464.079.151,13</b>		
( - ) Ativo Disponível	<b>(801.594.817,87)</b>	<b>(454.769.626,14)</b>		
( - ) Haveres Financeiros	<b>(61.469.371,92)</b>	<b>(62.530.449,63)</b>		
( + ) Restos a Pagar	13.821.588,88	114.030.273,73		
<b>II - Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>1.830.057.767,46</b>	<b>2.060.809.349,09</b>		
III - Receita de Privatizações	-	-		
IV - Passivos Reconhecidos				
<b>V - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( II + III+IV )</b>	<b>1.830.057.767,46</b>	<b>2.060.809.349,09</b>	<b>(230.751.581,63)</b>	
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>			<b>73.410.444,00</b>	

Nota: Não foram considerados para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida os valores referentes ao IPERON, de acordo com a Portaria nº 470/2004 da STN.  
Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO



## 11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 2º quadrimestre de 2011 a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 2.679.300.368,37 sendo R\$ 2.109.766.460,10 originários da dívida interna, R\$ 10.196.812,50 da dívida externa e R\$ 559.337.095,77 de outras dividas (precatórios).

Comparando-se este saldo com aquele obtido em 2010, verificamos que houve um acréscimo na ordem de 9,92%, conforme demonstrativo:

<b>Dívida Consolidada</b>				R\$ 1,00
Tipo	2º Quadrimestre		Variação %	
	2011	2010		
Interna	2.109.766.460,10	2.098.025.970,03	<b>0,56</b>	
Externa	10.196.812,50	19.750.937,50	<b>(48,37)</b>	
Outras (Precatórios post. a 05/05/2000)	559.337.095,77	319.689.372,88	74,96	
<b>Total</b>	<b>2.679.300.368,37</b>	<b>2.437.466.280,41</b>	<b>9,92</b>	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

Em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, cujo comprometimento em relação à Dívida Consolidada Líquida não deve ultrapassar o limite de 2,0 (art. 3º. Inciso I, Resolução nº 40 do Senado Federal), observa-se que, no 2º quadrimestre de 2011 atingimos 0,45%, bem inferior ao resultado obtido ao final de 2010. Portanto, estamos cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme quadro a seguir:

<b>Dívida Consolidada Líquida / RCL</b>				R\$ 1,00
Tipo	DCL	RCL	DCL/RC	
Exercício de 2010	2.060.809.349,09	3.715.154.433,38	0,55	
Em Agosto de 2011	1.830.057.767,46	4.077.637.495,68	0,45	

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Nota: Não foram considerados para efeito de apuração da Dívida Consolidada Líquida os valores referentes ao IPERON, de acordo com a Portaria nº 470/2004 da STN.  
Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

## 12. CONCLUSÃO

Ao final do 2º quadrimestre de 2011, o Estado registrou Superávit Primário de expressão significativa no valor de R\$ 678.561.837,41, ou seja, os gastos foram menores que a receita revertendo a situação prevista na LDO-2010 que acenava um valor negativo de R\$ 49.720.144,00. O resultado nominal também superou a meta prevista no valor negativo R\$ 230.751.581,63.



Metas da LDO			R\$ 1,00
Descrição	Valor Realizado	Metas da LDO	
Resultado Primário	678.561.837,41	(49.720.144,00)	
Resultado Nominal	(230.751.581,63)	73.410.444,00	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

Enquanto isso, a relação da Dívida Consolidada Líquida com Receita Corrente Líquida encerrou o 2º quadrimestre de 2011 em 0,45% bem abaixo do 2,0% limitados por lei.

Limites Constitucionais e Legais				R\$ 1,00
Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo	
Despesa com Pessoal	53,52%	57,00	60,00	
Dívida	0,45	1,80	2,00	
Garantias de Valores	-	0,00	22,00	
Op. de Crédito Internas e Externas	-	0,00	16,00	
Op. de Crédito por Antecipação de Receita	-	0,00	7,00	

  

Descrição	Limite Realizado	Limite Mínimo	
Educação	22,67	25,00	
Saúde	11,46	12,00	

Fonte: DIC/CGE - SIAFEM/RO

Quanto às despesas com pessoal, dívida pública, atendem aos limites estabelecidos, por lei.

Adotando-se a metodologia da STN, o percentual sinalizador para fins de meta relacionadas à Educação e Saúde, previstos da CF, está abaixo do limite mínimo exigido. Vale ressaltar, que esse cumprimento de metas é anual. Possibilitando ligeiras variações para mais ou menos, dependendo das evoluções das receitas de impostos e das despesas.

Porto Velho, 16 de setembro de 2011.